

Nota da Comissão Nacional Justiça e Paz

Recomeçar a partir das Cinzas

*Esta gente cujo rosto
Às vezes luminoso
E outras vezes tosco
Ora me lembra escravos
Ora me lembra reis (...)*

O fragmento do poema de Sophia de Mello Breyner descreve de algum modo aquilo que a comunicação social evidenciou à exaustão ao longo destes dias: a coragem, sentido de colaboração e solidariedade, resiliência, dor contida e digna das populações afetadas pelos mais recentes fogos. Ouvimos dizer, em voz permeada pelas lágrimas.: “Nós estamos aqui e não vamos baixar os braços”. A devastação é trágica. As imagens aéreas lembram um país em guerra, um país bombardeado.

Em junho passado a Comissão Nacional Justiça e Paz (CNJP) divulgou uma Nota relativa aos incêndios do verão. Essa Nota, assumida colectivamente com as Comissões Diocesanas Justiça e Paz e a Comissão Justiça e Paz dos Institutos Religiosos, expressava uma profunda solidariedade com as vítimas, na sua maioria pertencentes às populações rurais mais frágeis e isoladas, reconhecendo simultaneamente o trabalho e dedicação dos bombeiros. Sublinhando a gravidade das alterações climáticas a CNJP, citando o Papa Francisco, alertava os responsáveis políticos e a sociedade civil para que fosse desenhado um novo ordenamento do território orientado por critérios do bem comum.

Já no passado mês de abril, ainda não tinham começado os incêndios, a Conferência Episcopal emitiu uma Nota Pastoral (“Cuidar da casa comum- prevenir e evitar os incêndios”) alertando para o que poderia novamente suceder quando se aproximasse o verão. Mais recentemente, em setembro, a Comissão Episcopal da Pastoral Social e Mobilidade Humana emitiu uma Nota no Dia Mundial da Oração pelo Cuidado da Criação e, na sequência de novos incêndios, convidava «todas as comunidades cristãs a dar graças a Deus pela Criação e a pedir ao Criador a conversão do coração daqueles que se consideram donos e senhores do mundo em que vivemos».

A CNJP não quer repetir o que foi dito anteriormente. Mas sente-se compelida a fazê-lo, insistindo e eventualmente apontando novas dimensões desta calamidade pública, começando pelo exemplo de solidariedade, organização e cooperação local que permitiu que a tragédia não fosse ainda mais grave. Os mais afastados dos poderes centrais demonstraram uma forma de ser e de viver a tragédia digna de “reis” ou mesmo de “heróis”. Uma grandiosa lição para quem estabelece linhas orientadoras e toma decisões que afectam todos e cada um.

Ao longo destas semanas foram produzidos Relatórios, aliás de grande qualidade, por diferentes comissões ou instituições. O tempo foi-se desdobrando em comentários e comentadores políticos “ditando de sua justiça” e fazendo as suas leituras dos acontecimentos. Mas será que foi criado um amplo consenso para uma ação concertada? É óbvio que “o Estado falhou” mas será que o Estado não abrange também todos nós, mulheres e homens “de boa vontade”, bem como a sociedade civil e suas organizações numa clara dimensão coletiva?

A CNJP considera que:

- **É urgente** repensarem-se – isto é, para já... para hoje!!! - todas as estruturas de suporte a calamidades como esta ou outras, implicando o

Estado e os responsáveis políticos a nível central, regional e local, numa estratégia de concertação;

- **É urgente** passarmos de um Estado centralista e distante dos cidadãos a estruturas integradas a nível nacional mas também local que intervenham concertadamente e que prestem contas e sejam submetidas a uma avaliação sistemática pelos cidadãos;
- **É urgente** identificarem-se criminosos – indivíduos ou grupos organizados – fazendo-os prestar contas à justiça para que não fiquem impunes mas evitando, no entanto, “discursos de ódio”;
- **É urgente** reinventar uma cidadania proactiva, solidária, eficaz, que reforce a sociedade civil, afrente e denuncie burocracias e inanições irresponsáveis, reconhecendo a importância do voluntariado social a todos os níveis e em todos os lugares.

Finalmente **é também urgente** que criemos um novo *ethos*, um pacto nacional, a nível político/público/privado/coletivo ou mesmo individual, de modo a passarmos da lamúria e auto comiseração para uma ação concertada ao jeito dos “reis” mencionados anteriormente.

A CNJP quer novamente afirmar esta **Urgência**. Será que, tal como no poema de Sophia, podemos pedir a cada um/a de nós e aos políticos mas também às organizações a que pertencemos e em que estamos implicados, que tornemos realidade o convite que nos deixa a poeta?

(...) *E recomeço a busca*
De um país liberto
De uma vida limpa
E de um tempo justo.

Lisboa, 24 de outubro de 2017